

Relatório de Audição

[realizada nos termos do n.º 1 do Artigo 21.º da Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto]

PETIÇÃO N.º 177/XII/2.ª

Contra as injustiças, contra o roubo dos subsídios de Férias e Natal, contra o empobrecimento.

Dia: 28 de fevereiro de 2013

Peticionários: Maria de Fátima Canavezes Alves (Coordenadora Nacional da Inter-Reformados) e outros

Recebidos por: Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD) – Relator da petição.
Deputado Artur Rego (CDS-PP);
Deputado Jorge Machado (PCP).

Síntese dos Temas Abordados:

O Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo iniciou os trabalhos dando as boas-vindas aos representantes dos peticionários e apresentando os Senhores Deputados presentes, após o que deu conta do modo de condução dos trabalhos e a tramitação da presente Petição na Assembleia da República nos termos da Lei, nomeadamente quanto à sua publicação em Diário da Assembleia da República e quanto ao pedido de informações efetuado aos Ministérios das Finanças, da Saúde, da Economia e do Emprego e, enfim, da Solidariedade e a Segurança Social. De seguida, apresentou diversas informações conexas com as pretensões dos peticionários, como a cobrança de taxas moderadoras por nível de rendimento, a promoção da racionalidade no uso de recursos, a promoção do aumento do acesso aos cuidados de saúde primários; a atualização de pensões mínimas; a não abrangência das pensões mais baixas nos cortes; a isenção de parte dos reformados na suspensão dos subsídios; e, ainda, os

apoios criados em matéria de tarifas energéticas para consumidores com menores rendimentos.

Por seu turno, os peticionários reiteraram o teor da petição e a fundamentação dela constante, bem como os pedidos efetuados, que consideraram manter a atualidade, aludindo a normas constantes do Orçamento do Estado para 2013, considerando estar em questão a quebra de um contrato entre o Estado e os cidadãos.

Em sede de debate, interveio o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP), que saudou os peticionários e agradeceu as informações prestadas, partilhando muitas das preocupações suscitadas. Recordou, adicionalmente, o impacto causado pela entrada em vigor da [Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto](#) (Lei do Arrendamento), agravando as condições de vida nomeadamente dos reformados, bem como os cortes impostos pela [Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro](#) (Lei dos Compromissos), com consequências na prestação de serviços públicos aos cidadãos. Enfim, recordou que o Grupo Parlamentar do PCP concretizou diversas das pretensões aduzidas na petição em [propostas de alteração](#) apresentadas durante a apreciação, na especialidade, do Orçamento do Estado para 2013.

Por seu turno, o Senhor Deputado Artur Rêgo saudou, igualmente, os peticionários presentes, após o que teceu algumas considerações, nomeadamente quanto ao teor das metas constantes do Memorando de Entendimento, considerando que os constrangimentos decorrem de práticas passadas, que importa corrigir.

Enfim, o Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo agradeceu as informações prestadas pelos Peticionários, que permitiram aprofundar as pretensões da petição e deu conta das diligências seguintes na tramitação da petição, após o que encerrou a audição, agradecendo aos peticionários e aos Senhores Deputados a sua presença.

Palácio de São Bento, em 28 de fevereiro de 2013

O Deputado Relator
Fernando Virgílio Macedo